

SELETA

A COLONIZAÇÃO DO VALE DO TUBARÃO

Oswaldo R. Cabral

A colonização do vale do Tubarão é bem mais recente que a do Itajaí e planejou-a o presidente da Província, Alfredo d'Escragno Taunay, que ao governo imperial encarregou a necessidade da ereção de núcleos coloniais ali, prevendo as vantagens que adviriam para a economia da província com o aproveitamento de tão férteis terras.

Aceitas as sugestões de Taunay, após os estudos prévios necessários, em 1877, um ano depois da visita presidencial, às margens do Pedras Grandes se instalavam os primeiros 290 colonos, na maioria italianos, fundando-se a Colônia de Azambuja.

Vencidas as primeiras dificuldades, entrou a prosperar rapidamente, como se previra, o novo núcleo, contando, um ano depois da sua instalação, cerca de oitenta casas, das quais três de comércio, alguns quilômetros de estradas carroçáveis e para mais de duas centenas de quilômetros de caminhos de tropas. As lavouras se iniciaram e a cultura da videira, cujas mudas foram levadas pelos próprios colonos, começou a se desenvolver.

Em prosseguimento a seus trabalhos, a Comissão que chefiava os serviços de colonização iniciou pouco depois o levantamento das terras marginais do rio Uruçanga, fazendo medição de mais de duas centenas de lotes e determinando uma área destinada à sede de outra colônia. Em 1881, Azambuja já se podia emancipar do regime colonial, apresentando um ótimo desenvolvimento. Além da plantação da videira, ocupavam-se os seus colonos do plantio do milho, do arroz, do trigo e da cana-de-açúcar, já se contando também as primeiras pequenas indústrias.

Em 1878, chegavam as primeiras famílias destinadas a Uruçanga, em número de setenta e seis, todas italianas. O rio Uruçanga corre num estreito vale situado entre os vales do Tubarão e do Araranguá, em bacia de terras igualmente férteis. A referência à sua colonização, nesta parte, relativa ao vale do Tubarão, bem como as que se farão referentes ao do Araranguá, se justificam pela íntima ligação existente entre as colônias, em seu início.

Dois anos antes, havia sido feita intensa propaganda, na Itália, em torno das possibilidades do Brasil como país de imigração, princi-

palmente no Veneto e na Lombardia. A crise por que passava então a Itália determinou uma grande afluência de colonos, oriundos de Beluno, Treviso, Vicenza, Udine, Padua e Verona, daquela, e Mantua, desta, gente que se dispôs a emigrar para o Novo Continente. Prometia-se a ela lotes rurais e urbanos de três classes, de acordo com a área, facilidades nos pagamentos e direito de tomar parte na administração das colônias através de seis membros livremente escolhidos, juntamente com o médico e o Diretor.

Em fins de maio, a primeira leva atingia o local escolhido para a colônia, sendo recolhida a um barracão, e, em junho se faziam as distribuições das terras. Ajudando-se mutuamente, iniciaram as derrubadas e pouco depois começaram a surgir as plantações e as primeiras edificações de madeira. Os colonos de Azambuja socorreram os recém-chegados de víveres até que as lavouras garantissem a subsistência do novo núcleo. Bastante lutaram os colonos italianos. Obrigados a trabalhar quinze dias no mês em serviços públicos de utilidade geral, eram pagos em bonus que valiam gêneros alimentícios, que podiam ser retirados no armazem da própria companhia colonizadora. Esta não primava pelo escrupuloso cumprimento das suas obrigações e, cessando a subvenção do governo, suspendeu àquela os fornecimentos. Alguns colonos se viram obrigados a mudar de residência, passando para as colônias alemãs já adiantadas. Finalmente, entraram as lavouras a produzir e no Rancho dos Burgres surgiu o primeiro moinho. Infelizmente para a população, as vias de comunicação eram poucas e só por Azambuja podiam sair os produtos da novél colônia. Em 1879, nova leva de colonos chegou, sendo distribuídos quatrocentos lotes e se estendendo assim as linhas coloniais para o Rio dos Bugres, Rio Maior, Uruçanga Baixa, Rio Americano, Salto e Gaeté.

Os últimos imigrantes chegados foram enviados para local distante vinte e cinco quilômetros de Uruçanga, em número de cinquenta, dos quais vinte se recusaram. Os restantes seguiram para o local e aí, já no vale do Araranguá, estabeleceram os fundamentos da hoje próspera vila de Criciúma.

Novos moinhos surgiram e aos engenhos de cana seguiram-se os alambiques para o preparo da cachaça. Em 1881, a boa nova da construção da Estrada de Ferro D. Teresa Cristina fez com que muitos colonos se alistassem como operários da construção. Neste mesmo ano, deu entrada em Uruçanga o primeiro gado.

Infelizmente, por mais de uma vez foram os colonos assaltados pelos aborígenes, resultando mortes de alguns imigrantes e correrias por toda a região. Entradas realizadas, de nada adiantaram e procurou-se então criar novas colônias que facilitassem a derrubada das matas em que se abrigava o gentio. Tiveram assim origem os núcleos de Rio dos Pinheiros e Grão Pará (este no vale do Braço do Norte), cuja instalação foi tumultuosa, havendo séria divergência entre os colonos e a companhia colonizadora, a

ponto de exigir a presença do Cônsul Geral da Itália, residente no Rio de Janeiro, para restabelecer a ordem e acalmar os ânimos.

O ano de 1885 assinala novos favores concedidos à imigração estrangeira e data de então a fundação de Rio Cocal ou Núcleo Acioli de Vasconcelos, hoje novamente com aquela denominação. Por esse tempo Uruçanga já via a sua produção exceder ao próprio consumo. Uma companhia de laticínios foi idealizada e posteriormente fundada outra para a exploração de produtos de origem suína, principalmente a banha, desenvolvendo-se então de modo bastante satisfatório a criação de suínos. A cooperativa funcionou com regularidade por quatro anos, findos os quais se dissolveu.

Ante as investidas dos bugres, cada vez mais agressivos e audaciosos, o Governo obteve a vinda, do Paraná, de um missionário, Frei Luiz de Semetilli, conhecido catequista, que infelizmente nada obteve, apesar de procurar por todos os artifícios atraír os selvagens.

Uruçanga formou centro, pois teve uma área determinada para isto, aliás de acordo com o decreto de 1876, que regulava a criação das colônias. O mesmo não aconteceu a Azambuja que, embora localizada em terras próprias e férteis, não pôde formar um núcleo, estendendo-se pelos caminhos e linhas coloniais. Uruçanga, assim, pôde tomar maior vulto. Em 1886, já tinha sua primeira escola e cinco anos mais tarde já era freguesia e juizado de paz. A lei Glicério, de 86, facilitou ainda mais a ida de novos colonos, italianos, russos e polacos, para Cocal, sendo que os russos formaram a linha de São João Batista, próxima a Criciuma.

Em 1891, a antiga colônia de Azambuja via-se dividida em quatro centros coloniais: Azambuja, Uruçanga, Acioli Vasconcelos e Presidente Rocha. Acioli compreendia Cocal e Criciuma. Presidente Rocha foi criado com a localização de famílias brasileiras, italianas e alemãs. Às margens do Sangão, neste mesmo ano, instalava-se o Núcleo Torrens, com 63 famílias.

O vale próximo do Araranguá tem a sua colonização intimamente ligada à do vale do Tubarão e do Uruçanga.

Ainda por efeito da Lei Glicério, em 1890, Angelo Fiorita obteve uma concessão de trinta mil hectares de terras a sudoeste de Uruçanga, com o fim de encaminhar para ali uma outra corrente imigratória italiana. De início, foram os trabalhos entregues a Miguel Napoli e mais tarde à Companhia Metropolitana, com sede no Rio de Janeiro, que comprou aquela concessão a Fiorita. Em 1891, já esta Companhia localizava mil e seiscentos colonos, criando-se assim a colônia de Nova Veneza, sobre o rio Mãe Luzia, tributário do Araranguá. Com a entrada neste mesmo ano de cerca de quatro mil e trezentos imigrantes, ficou grande área povoada, resultando a instalação, além de Nova Veneza, dos núcleos de Nova Treviso, Nova Beluno e Belvedere. No ano seguinte, com mais mil, trezentos e cinquenta colonos fundava-se São Bento e em 1895 o Rio Jordão, com as últimas famílias italianas entradas.

Assinalaram destacado desenvolvimento estas colônias sulinas.

Uruçanga, com mais de cinco mil almas, em 1900, fazia-se município, absorvendo para a sua jurisdição parte das terras da ex-colônia Azambuja, que compreendia as povoações de Nova Beluno e Cocal. Azambuja continuou pertencendo ao município de Tubarão. Estes dois municípios contam com significativa produção, contando-se entre as principais a banha e o vinho. Grão Pará, também na bacia do Tubarão, com cinco anos de vida, contava com mais de quatrocentos fogos e apresentava regular adiantamento. Com a criação do município de Orléans, em 1885, cuja sede fica sobre a confluência do Três Barras e do Tubarão, passou a colônia inteiramente para este novo município.

Servidos por estradas de rodagem, por uma ferrovia e pelo rio Tubarão, navegável por pequenas embarcações, os produtos destes municípios ganham com relativa facilidade os mercados da costa e do planalto, desenvolvendo-se ativamente o seu comércio.

Nova Veneza, localizada em ótimas terras, registrou sensível adiantamento, contando, dois anos depois de fundada, três mil e quinhentos habitantes. Fica na divisa dos municípios de Criciúma e Uruçanga. Criciúma apresentou grande expansão de desenvolvimento. Com a descoberta no seu sub-solo de carvão mineral, tornou-se centro de atração de extensa zona. Tornou-se município também e a Teresa Cristina o serve, como a Uruçanga e Araranguá.

Assim como no vale do Itajaí, nestes vales sulinos se nota a mesma dispersão em torno do primitivo núcleo, dando origem a outras colônias e, como naquela região, outros municípios foram se originando dos primeiros existentes.

Apesar da existência de boas estradas de rodagem, da Estrada de Ferro D. Teresa Cristina, que estende os seus trilhos de Imituba a Araranguá, ainda se resente o sul da falta de comunicações. Os produtos coloniais desta riquíssima zona suprem os mercados consumidores do Estado e de outras regiões do país e o carvão de pedra, cuja extração se vem fazendo em maior escala nestes últimos anos, contribui ainda mais para que um futuro promissor esteja destinado à riquíssima zona. Todavia, empenham-se os governos em assegurar um maior desenvolvimento do sistema rodoviário do sul do Estado, a fim de que possam os produtos sulinos alcançar mais facilmente os centros consumidores.*

(Santa Catharina: história, evolução, pp 144 a 151. São Paulo, Editora Nacional, 1937. Coleção "Brasílica", v. 80).

(*) É preciso ter em conta que a obra de Oswaldo R. Cabral donde foi extraído este excerto foi publicada em 1937, portanto há mais de cinquenta anos, período suficiente para que grandes transformações ocorressem no panorama do Sul de Santa Catarina no que diz respeito a transportes e comunicações. (O. N. M.)